

GÊNERO E VIOLÊNCIA:

Mulheres Multivalentes?

MICHELLE SILVA BORGES*

RESUMO

O propósito desse trabalho é trazer aos estudos de gênero e violência um novo processo de análise que reconheça as mulheres como sujeitos dotados de uma atividade própria e, portanto, de insubordinação aos ditames e assimetrias socialmente impostos. Assim, com base, sobretudo, nas abordagens Foucaultianas, esta pesquisa volta sua atenção às práticas das mulheres submersas à violência conjugal, de modo que seja possível admiti-las como o outro termo nas relações de poder e, por conseguinte, um interlocutor irredutível. Para tanto, faz uso de resultados alcançados, em nível de mestrado, com a aplicação de um questionário a 30 mulheres que registraram pelo menos uma ocorrência de violência doméstica na Delegacia de Defesa da Mulher em Ribeirão Preto/SP e de respostas obtidas através de uma estrutura de perguntas realizadas com policiais civis responsáveis pelo atendimento desses crimes.

Palavras-chave: Violência de Gênero; Relações de Poder; Mulheres.

ABSTRACT

The purpose of this work is to bring gender studies and violence a new analysis process that recognizes women as subjects endowed with its own activity and therefore of insubordination to the dictates and asymmetries socially imposed. Thus, based mostly on Foucaultian approaches, this research turns his attention to the practices of submerged women to domestic violence, so that we can accept them as another term in power relations and therefore an irreducible interlocutor. Therefore, it makes use of the results achieved at Masters level, with the application of a questionnaire to 30 women who reported at least one incident of domestic violence at the Women's Police Stations in Ribeirão Preto / SP and answers obtained through a structure of questions held with police officers responsible for the care of these crimes.

Keywords: Gender Violence; Power Relations; Women.

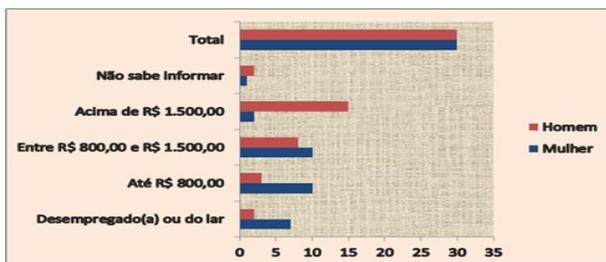
* Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, sob a orientação da Profa. Dra. Vera Lúcia Puga.
E-mail: michellekadam@yahoo.com.br

São inúmeras as razões que levam as mulheres a continuarem com parceiros agressores, assim como são incontáveis os perfis de mulheres submersas a essas rotinas de violência (quadro particular de análise a ser desenvolvido no decorrer deste estudo). Mas, antes disso, distante da pretensão de fazer deste trabalho uma sequência de pressupostos “justificadores”, optou-se por trazer à discussão proposta os condicionantes, de maior incidência, que instigam as mulheres a uma durabilidade extensiva dentro de relações abusivas. Nesse intuito, foi a partir de uma pesquisa realizada, em nível de mestrado, que se destacou preliminarmente a dependência econômica como um dos motivos que, analisado isoladamente, empurram as mulheres à continuidade das relações maculadas pelo uso da violência.

O processo de elaboração desse e de demais resultados ocorreu a partir do preenchimento de um questionário por 30 mulheres que registraram pelo menos uma ocorrência de violência doméstica na Delegacia de Defesa da Mulher de Ribeirão Preto/SP. Entre as perguntas, destaca-se o interesse por informações relacionadas à escolaridade dessas mulheres e de seus companheiros, quantidade de filhos, renda e profissões por ambos ocupadas, tempo de relacionamento com o agressor, tipos e tempo de violência, bem como informações relativas a responsabilidades domésticas, sustento da casa e, essencialmente, efeitos decorrentes da violência de gênero à qual foram expostas, isto é, tentativa de suicídio, uso de drogas, amantes, lesões corporais (sobre si ou sobre terceiros) e, por fim, problemas psicológicos advindos da violência, como medo, ansiedade, depressão, entre outros.

Essa variedade de questionamentos permitiu a construção de uma investigação assentada, primeiramente, no reconhecimento de uma realidade situacional de violência conjugal carregada de infinitas particularidades e, portanto, de inúmeros motivos que compelem as mulheres à ininterruptão de tais uniões. Quanto à questão econômica, embora a afirmação de ser ela um agente elementar, isoladamente, para a retenção das mulheres à tirania de seus parceiros, foi clara a conclusão da impossibilidade de atribuir à ausência ou ao baixo acesso ao dinheiro por parte delas um fator de exclusividade, até mesmo porque há de se considerar que a violência de gênero possui múltiplas causas e está presente em toda e qualquer camada social e perfis de mulheres, resultando, obviamente, na inviabilidade da generalização de tal argumento como condicionante da permanência. Logo, cabe, então, apresentar os resultados que contribuíram para as considerações realizadas.

IMAGEM 1 – Referência salarial informada pelas mulheres que preencheram o questionário



Observando os dados exibidos pelo gráfico, faz-se evidente a discrepância salarial das mulheres que foram e/ou ainda são objetos da violência de gênero. Pegando como exemplo a referência de valores que vai acima de R\$ 1.500,00, nota-se expressivo distanciamento

numérico de mulheres e homens inseridos nessa faixa salarial, isto é, 2 para 15. Sobre isso, Tânia Rocha Andrade Cunha, ao abordar a violência de gênero entre mulheres ricas, propõe: “Quanto menos recursos tem uma mulher que sofre violência conjugal, menores são suas possibilidades de abandonar a relação, o que quer dizer que, quanto mais presa a mulher estiver ao casamento, mais obstáculos ela encontrará para terminá-lo.”¹

Sobre esse contraste e a afirmação trazida pela autora, convém o conhecimento que, apesar das novas sistematizações existentes dentro da relação mercado de trabalho e mulheres, o passado (não tão distante) revela incômodos desafios à elevação feminina ao cenário público e, conseqüentemente, à esfera da ocupação salarial trabalhista, especialmente quando tais atividades fogem aos padrões entendidos como mais e melhor apropriados à “natureza” das mulheres. Sem esquecer, obviamente, da associação que, por muito tempo, cobriu as mulheres que se arriscaram ao trabalho, as quais, não raro, eram tomadas como arruinadas e relapsas no destino a elas preparado pela ordem social, pois “[...] a mulher devia ser resguardada em casa, se ocupando dos afazeres domésticos, enquanto os homens asseguravam o sustento da família trabalhando no espaço da rua”².

Portanto, ainda que como força de trabalho largamente utilizada nos primórdios da industrialização brasileira³, o que se observa é que, ainda hoje, apesar da crescente ascensão numérica, a ideia da dispensabilidade de mulheres produtivas, seja em razão do argumento da ruína da família e/ou da contenção de suas forças aos limites da casa, além, significativamente, da apologia normativa que vincula projeções estereotípicas de fragilidade a cargos e funções que a tais referenciais se assemelham, arrastam as mulheres ao exercício de encargos pouco rentáveis e, quando não, a tarefas tradicionalmente entendidas como femininas

Acerca disso, a autora Vera Lúcia Puga assinala que “A divisão sexual do trabalho reservou para os homens uma esfera *produtiva* e valorizada pela sociedade enquanto às mulheres coube outra esfera: a *reprodutiva*”. Divisão que, além dos motivos já elencados, também é explicado pelo sustento da ideia de que o trabalho feminino é entendido como um suplemento à renda masculina. O resultado disso, obviamente, também segundo afirmação da pesquisadora Vera Puga, é uma maior valorização sobre o trabalho exercido pelos homens em detrimento daqueles executados pelas mulheres, como prova o gráfico apresentado.

Afora isso, ciente da impossibilidade de assumir certo preciosismo sobre esse ponto de abordagem e com a intenção de percorrer, também, os demais fatores de sujeição das mulheres a tais laços, dá-se espaço, neste momento, para o segundo agente elencado como razão para que elas fiquem: a reconciliação do casal e os filhos. Com base nas informações por elas registradas no questionário, descobriu-se que, das 30 mulheres, 16 decidiram ficar em suas residências e 14 optaram por sair. Dessas 14 mulheres, 10 escolheram voltar, a maioria mais de uma vez, sendo os filhos e a reconciliação do casal, como já afirmado, os dois motivos mais comuns entre aquelas que regressaram ao lar.

Essa situação, obviamente, traz à tona uma nova perspectiva que acaba por explicar, embora não justifique, um dos vários motivos que colaboram de maneira efetiva para intervenções pouco precisas por parte do Estado e, conseqüentemente, por parte de

1 CUNHA, Tânia Rocha Andrade. *O preço do silêncio: mulheres ricas também sofrem violência*. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2007, p.161.

2 FONSECA, Claudia. “Ser mulher, mãe e pobre” In: DEL PRIORE, Mary (Orgs.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007, p. 517.

3 RAGO, Margareth. “Trabalho feminino e sexualidade” In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007. p.578-606.

4 PUGA, Vera Lúcia. “Trabalho feminino/Profissões” In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (Orgs.). *Dicionário crítico de gênero*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015, p.644.

seus operadores, que convivem diariamente com o “vai e vem” dessas mulheres nas relações submersas à violência. Em tais circunstâncias, foi possível reconhecer que, se a existência de práticas que inviabilizem e/ou previnam a ocorrência da violência por parte do Estado já se revela um desafio em razão da ingerência sociocultural que disciplina nos sujeitos a existência e a manutenção da assimetria dos gêneros e, retomando Teresa de Lauretis,⁵ acaba por produzir os gêneros, a questão do retorno torna-se aditivo, entre os profissionais do Estado, para o efeito da complacência. Ponto de abordagem observado nos dois próximos relatos:

Há os que se revoltam contra a mulher e, até mesmo, com a admissão dessa constante materializada no registro de várias ocorrências por uma mesma vítima. Motivo pelo qual acabam não dando adequado atendimento a essas vítimas. De minha parte, admito o evidente desgaste do policial, mas, por primeiro, admito a complexidade do problema enfrentado pelas mulheres (a violência doméstica), que, muitas vezes, sozinhas, não conseguem enfrentar esta mazela social⁶.

Se o atendimento já não era dos melhores no registro da primeira ocorrência, ele decai consideravelmente nos atendimentos seguintes. Como ex-policial, posso dizer que tal situação é, no mínimo, extremamente frustrante, já que gasta tempo e recursos em um sistema no qual ambos já são escassos, sem trazer resultado nenhum para a sociedade⁷.

Embora lotados em Delegacias, municípios e funções diferentes, além do tempo de profissão que os separa, tendo, o primeiro, completado 16 anos de atividade e, o segundo, apenas 01 e 06 meses, percebe-se extrema proximidade nos relatos prestados pelos dois policiais. A partir deles, nota-se que frustração e aborrecimento tornam-se amalgama de um mesmo sentido e que, embora o reconhecimento das dificuldades e da complexidade existentes nas situações de violência de gênero, a ausência de recursos e a postura oscilante por parte das mulheres acabam por fomentar percepções de impotência e, portanto, de relativo descrédito que atinge o profissional e se estende às vítimas, cujo uso do termo ocorre em razão de ser essa a qualificação ou expressão técnica adotada juridicamente e pelos próprios boletins de ocorrência para as pessoas objetos de um ato lesivo, seja ele visível ou não visível. Sem desmerecer, portanto, as possibilidades de resistência, ação e reação por parte das mulheres.

A partir do questionário, foi possível, também, a visibilidade de um aspecto considerado ponto excepcional para a compreensão acerca da ocorrência de violência de gênero e, por fim, para a permanência ou retorno das mulheres hostilizadas por seus companheiros, isto é, a introspecção dos valores e atributos representacionais determinados às mulheres e aos homens, que, para além de motivadores externos, como filhos, dificuldades financeiras e/ou a reconciliação do casal, funciona como aspecto mais profundo, perdurável e rígido. Consequentemente, difícil de ser atingido e que acaba por garantir, além de dar condições, a uma série de distinção e de sobreposições acerca dos gêneros, logo, às mulheres e aos homens, como produto da categoria que os investe.

Desse modo, foi sob a ótica Foucaultiana, somada às explicações relativas ao processo de incorporação de esquemas inconscientes proposto por Bourdieu, que, mais uma vez, obteve-se o êxito da compreensão acerca da condição a qual essas mulheres permanecem submetidas e, privilegiadamente, no tocante à introspecção hierárquica de forças. A partir de uma analogia com as discussões Foucaultina, que afirmou a existência

5 LAURETIS, Teresa de. “Tecnologia do gênero” In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

6 Carlos, policial civil. Ribeirão Preto, setembro/2015.

7 Alias, policial civil. Pontal, setembro/2015.

de uma “dualidade corpórea” do condenado⁸, isto é, o corpo físico e o corpo imaterial, que, ampliando o campo de análise, foi entendido por Chartier como “representações”⁹, pode-se falar também em uma mesma realidade que cobre, medeia e intervém sobre a vida das mulheres a fim de, a exemplo do condenado, codificar nelas o “menos poder”.

Segundo Foucault, portanto, o corpo humano funcionaria como elemento transitório, de caráter político, sobre o qual recaem atributos e fundamentos praticamente intangíveis e de longa duração. Em se tratando das mulheres, esse diálogo, que ocorre a partir das relações de poder e de dominação, acaba por incutir nelas valores de menor importância política, já que no campo das relações e concentrações de forças está ela subordinada aos interesses e padrões masculinos, resultando, por conseguinte, reinserindo Bourdieu, no processo de apreensão dessas assimetrias, ainda que de modo inconsciente¹⁰, bem como é possível visualizar através dos resultados expostos pelos gráficos a seguir.

IMAGEM 2 – Compreensão das agredidas sobre o conceito de gênero



IMAGEM 3 – Compreensão das agredidas sobre o conceito de gênero



Em cima do conjunto de respostas oferecidas pelas 30 mulheres a essas duas perguntas do questionário, fica clara a analogia feita com Foucault no que tange ao processo de incorporação da condição insuficientemente protagonista por parte dessas mulheres, pois, como pode ser visto, somente 1 delas apontou ser responsabilidade apenas das mulheres o sustento econômico da casa em que habitam. Vale destacar que essa participante, em outras questões, deixou claro que seu companheiro é desempregado, enquanto ela exerce funções relacionadas ao meio rural. Exceto ela, 08 mulheres responderam ser a obrigação do sustento do lar uma

8 FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir. Nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

9 CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 2002.

10 BOURDIEU, A. *Dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica*. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.

atribuição apenas dos homens, enquanto as outras 21 participantes disseram ser dos dois.

Além disso, constatou-se, conforme apontado pelo segundo gráfico, que nenhuma delas acredita ser dos homens, com exclusividade, a obrigação do exercício de práticas ligadas às necessidades do âmbito doméstico. Portanto, cozinhar, lavar e passar seria, para metade das participantes, tarefas próprias às mulheres e, para a outra metade, tarefas que devem ser desempenhadas pelos dois, não sendo possível, contudo, afirmar-se em suas casas seja essa divisão e/ou compartilhamento de tarefas e funções uma realidade. Disposição que, mais uma vez, dialoga com a relação produzida pelo ordenamento social sobre “habilidades naturais” e força de trabalho, no qual às mulheres competem funções circunstanciadas à esfera do privado e da feminilidade, enquanto aos homens, o domínio do público e da masculinidade.

Nessa linha de raciocínio, fica clara a existência não só de duas esferas de competências, isto é, o que é do masculino e o que é do feminino, mas também que é justamente por intermédio dessas competências que há a subordinação e hierarquização dos gêneros. Averiguação que não recai sobre a ausência do dever dos homens em exercer atividades domésticas, mas sim, na existência de apenas uma mulher que acreditasse e creditasse nas mulheres, com exclusividade, a função de mantenedora do próprio lar.

A admissão dessa divergência e, obviamente, autocolocação em uma escala de significativa impotência, retoma a afirmação acerca da introspecção do discurso de interesse masculino pelas mulheres, que tende a ratificar e perpetuar inúmeras discrepâncias. E é esse o ponto primordial do qual uma série de processos hierárquicos acabam sendo resultado, pois se faz notório o tímido reconhecimento de autonomia, igualdade e, de modo mais grave, de sobreposição do feminino ao masculino por parte das próprias mulheres. Situação que acaba por condicionar, explicitamente, quem é o dono de quem em um processo totalmente assimétrico.

Mas, se por um lado, é a essas mulheres vinculado e/ou imposto a reconhecimento de uma existência secundária e, portanto, de difícil mobilidade frente as mais variadas formas de mantê-las controladas e conectadas às relações conjugais atravessadas pela violência de gênero, por outro lado, evidência extremamente importante, admite-se que essas mesmas mulheres não são, de modo algum, silêncio. Logo, foi com base na pesquisa e questionário proposto que foram reconhecidas diversas ações por parte das mulheres às situações que lhe trouxeram algum prejuízo e que a tentaram dominar.

Antes de dar entrada efetivamente nessa linha de questionamentos e descobertas, cabe apontar que o que se percebeu até aqui é que, se a apreensão da problemática da violência de gênero já se faz cercada por muitas e muitas conjunturas que a compõem, dificultando percepções microanalíticas, que dirá quando se tratar de ações que, por si só, não se deixam transparecer, seja em razão da pouca ocorrência e/ou por encontrarem nas mulheres, donas da menor escala de poder, o sujeito de tais resultados.

Prova disso é o afastamento da necessidade de se perder muito tempo e, muito menos, que se exija um olhar atento sobre os percursos da História para constatar a ausência de mulheres nos desdobramentos sociais, culturais e políticos do mundo. Um exemplo simples dessa ocorrência é a inexpressividade de conhecimento social acerca da “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã” escrita por Olympe de Gouges, que, nas palavras de Joan Scott foi “uma das primeiras feministas, que escreveu uma grande variedade de coisas interessantes durante a Revolução Francesa”¹¹.

11 SCOTT, Joan Wallach. “O enigma da igualdade”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 13(1): 216, janeiro-abril/2005. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ref/v13n1/a02v13n1.pdf> >. Acesso em: 22 set. 2015.

Reconhecendo isso é que a ação feminista se mobilizou a fim de diminuir os efeitos das desigualdades que incidem sobre os gêneros. Foi a partir desse movimento, portanto, que as relações entre os sexos passaram a ser entendidas como relações de poder, isto é, tomando por base as concepções Foucaultianas, uma dialética da esfera simbólica que percorre toda a sociedade¹². Logo, conseqüentemente, particularizando a discussão para a questão da violência conjugal como ponto de abordagem:

[...] insistir na concepção vitimista significa naturalizar a violência exercida contra mulheres na relação conjugal. Pensar assim implica considerar a violência de gênero como um problema insuperável. Nesse sentido, a crítica que se faz a essa visão da mulher vítima passiva representa uma busca de superação dessa condição e a tentativa de fazer com que a mulher seja vista como sujeito constituinte de seu próprio destino¹³.

E essa crítica não se sustenta a partir de fundamentos gratuitos, logo, vazios. Critica-se, pois por intermédio do movimento feminista elevaram-se percepções que perfuraram a estrutura que se debruça e acoberta o singular, portanto, a esfera do real, descortinando ações. Ações que, numa composição macroanalítica passa despercebida a olhos desatentos. E foi justamente em cima desse ponto de vista que essa pesquisa se desenvolveu com o intuito de trabalhar e promover uma mudança que se apossasse não só de uma nova escala de análise, mas também de novos sujeitos, objetivando com isso trazer à tona contribuições que, sob a ótica de Jacques Revel, pusessem “em questão as certezas de uma abordagem macrosocial¹⁴.”

A transferência do objeto e método de investigação, em muitos momentos, não fez possível a união de conhecimentos que pudessem ser aglutinados, exibindo, na verdade, pontos inconciliáveis, cuja maioria existirá apenas na memória de quem registou e analisou os fatos e que só se fizeram existir através de pequenos gestos, de algumas lágrimas e de muitas marcas. Infelizmente, essa parcela tímida da História não se captura por outro meio que não seja através dos olhos de quem está disposto a observar. Todavia, deixando de lado os momentos eternizados apenas na memória de quem pesquisa, cabe destacar, por fim, as práticas das mulheres alvo da violência de gênero.

Embora resultados obtidos a partir de uma realidade ínfima, acredita-se que as discussões realizadas sejam complementares e se completem com esses dados alcançados, de modo que teoria e prática, pelo menos aqui, não se confundam a ponto de se transformarem em universos de conflito, mas também, que não se tornem unânimes, pois, após longo percurso, algo se tornou certo: a crença de que, em se tratando de violência de gênero, não há explicações que deem conta do real como ele de fato se faz existir, e que embora os resultados da violência de gênero sobre as mulheres deixem marcas muitas vezes inapagáveis, encontrou-se nelas diversos meios de resistir aos mais variados tipos de agressão.

O primeiro deles passa pela adulteração do registro policial como forma de obter êxito nos mais diversos interesses pessoais das mulheres que vivem ou viveram a violência de gênero, em especial, como forma de combater ou atingir o sujeito de suas aflições. Nessa perspectiva, conseqüentemente, o boletim de ocorrência, destacado como documento sobre o qual recaem novas formas simbólicas e substitutivas de autoridade, é utilizado como meio encontrado pelas mulheres para afrontarem seus companheiros e deles conseguir alguma vantagem.

12 FOUCAULT, *op. cit.*, 1987.

13 CUNHA, *op. cit.*, 2007, p.153.

14 REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 19.

Assim, percebem-se propósitos conferidos aos boletins de ocorrências, os quais, em razão de sua autoridade e capacidade de interposição, façam deles instrumentos garantidores da obtenção de desejos e/ou privilégios e que, para tanto, o uso da mentira talvez seja razoável, senão justificável, como declarado por um investigador e, na sequência, por um escrivão de polícia, de Delegacias diferentes, ao serem questionados sobre a ocorrência de boletins com alegações falsas registrados pelas mulheres vítimas:

Sim, esse comportamento é até comum. Recordo de casos em que as mulheres disseram sofrer violência sexual, a qual, na verdade, não ocorreu. Essas haviam sido abandonadas pelos companheiros e agiram com o intento de vingança. Porém, o comportamento mais presente é a mentira com a qual buscam fazer com que as autoridades competentes impeçam o homem de ver os filhos. Percebe-se, novamente, o signo de vingança na ação feminina. Evidentemente, trata-se de outro sinal que indica a pouca instrução destas mulheres¹⁵.

Infelizmente, [...] inúmeras vezes, mulheres comunicam para a justiça uma pseudo agressão. Geralmente essas estão tomadas de ciúmes, uma vez que seus ex-parceiros estão envolvidos em novos vínculos amorosos. Acredito que isso ocorre por uma falha humana. Embora a Lei 11340/06 seja muito bem-feita e redigida, o ser humano encontra brechas para burlá-la. Por muitas vezes notei que as mulheres que mais precisam dessa Lei não a usam, por medo ou mesmo desconhecimento de direito, enquanto outras que têm um conhecimento maior e uma certa dose de maldade também usa a citada lei de forma imprópria para ameaçar o cônjuge (ou ex) e demonstrar que tem o total controle do relacionamento, proibindo o homem de se desvincular ou de ter um novo relacionamento¹⁶.

A subversão da lógica jurídica capaz de driblar imposições e discrepâncias sociais, em especial quando se trata da posse dos filhos, foi observada por Claudia Fonseca, que em uma pesquisa sobre ser mãe, mulher e pobre, trouxe à tona o recurso do vínculo com os estabelecimentos de prostituição e, obviamente, com as prostitutas, a fim de salvaguardar a posse sobre suas proles à medida que se distanciavam dos estereótipos normatizados pelas regras oficiais, colocando em dúvida não só sua imagem, mas também a própria paternidade. Assim, nos dizeres da autora:

Tem-se a impressão de que nem toda mulher que entrava nessas casas se prostituía. Algumas estavam simplesmente procurando abrigo ou socorro moral junto a amigas ou parentes. O que consta, em todo caso, é que as meretrizes não constituíam uma população à parte. Eram casadas, amasiadas, vivendo nos cortiços e hotéis, lado a lado com "mulheres honestas" e operárias¹⁷.

A fim de não incorrer no erro de rótulos intransponíveis acerca da existência de uma passividade feminina, o que se expõe abriga não só formas de valentia, embora a inegável usurpação de recursos, mas também, a condição de empoderamento adotado ainda que timidamente pelas mulheres a partir da utilização e procura por instrumentos, a exemplo dos boletins de ocorrência, que carregam consigo o signo da autoridade da qual são elas, historicamente, mantidas afastadas. Logo, negar-lhes uma atividade própria, seja boa ou má, cuja ação acaba por postá-las em uma linha de horizontalidade com seus parceiros, seria, no mínimo, vetá-las da condição de poder.

Não obstante, há certamente mulheres que incorrem no prejuízo de supressões de

15 Carlos, policial civil. Ribeirão Preto, setembro/2015.

16 Juan, policial civil. Pontal, setembro/2015.

17 FONSECA, *op. cit.*, 2007, p. 534.

autoridade de modo que sejam incapazes de qualquer atividade que possa oferecer condições de resistência e/ou saída de seu contexto de violência. Entretanto, desmistificar e, por conseguinte, problematizar processos de passividade é tão importante quanto as abordagens de dissonância que cerca a questão de gênero. Posto isso, cabe a ressalva de que a intenção desse texto não é, portanto, negar a violência de gênero ao pôr em foco pseudovitimizações, mas ampliar a abordagem dessa violência que tem por predileção as mulheres, seus espaços e suas experiências.

Desse modo, se, por um lado, sobre as mulheres recaem representações que delas exijam posturas fragilizadas e atreladas às diferentes formas de resignação, de modo que se torne perdurável a existência de um quadro rígido de práticas femininas, desprezando, senão sufocando comportamentos que possam pôr em conflito paradigmas e interesses androcêntricos, por outro lado, há de se observar que é justamente em razão da irrefutabilidade sobre a existência de mulheres “rebeldes” que se faz possível práticas que, embora refratárias, não são capazes de macular a esfera das representações, na qual coube às mulheres o título da inexperiência e da fragilidade.

Sendo assim, é inegável que a existência de boletins de ocorrência registrados a partir de alegações falsas traz à tona a complexidade situacional do universo das mulheres, que, conscientes ou não, mostram-se capazes de fazer uso daquilo que age sobre elas como “manto” de proteção eficaz e grande aliado, isto é, a passividade, logo, condição importante a ser mantida para as mais variadas formas e adoções corruptíveis, bem como de contrabalança de forças frente às afrontas e exigências do masculino. Comprovação alcançada, também, através dos questionários respondidos pelas 30 mulheres, momento em que foi possível a percepção de inúmeras situações nas quais as mulheres hesitavam em suas respostas, principalmente quando deveriam responder sobre a existência de amantes. Entre essas mulheres, uma, que já fora por três vezes à Delegacia para registrar um boletim de ocorrência contra seu companheiro, foi objeto de bastante atenção.

Embora o procedimento escolhido tenha sido o de deixar as mulheres à vontade/sozinhas para com as suas respostas, essa, após 20 minutos, revezava em bater agitadamente com a caneta sobre a mesa e mordê-la em sua ponta, enquanto alisava o cabelo inúmeras vezes e externava pequenos sorrisos. Percebendo isso, coube a essa pesquisadora a decisão de se aproximar dessa senhora a fim de oferecer ajuda para as questões, sendo, naquele instante, após conferir o que havia sido respondido, constatado que, aparentemente, todas as respostas haviam sido fornecidas. Ao indagá-la sobre a ausência de alguma informação, obteve-se a resposta de que ela possuía um amante, mas que tinha muito receio de registrar essa informação. Nessas circunstâncias, orientada, novamente, sobre a manutenção de sigilo de seus dados, essa senhora optou por registrar essa informação.

Com base nesse acontecimento, algo passa a ser relevante sobre as formas de ler as mulheres. Em consonância com o que afirmou a pesquisadora Michelle Perrot, verifica-se que a História das mulheres sucumbe à existência de pequenos gestos e objetos muitas vezes imperceptíveis. Logo, sorrir, alisar o cabelo ou a agitação do lápis em suas mãos, revela não só o nervosismo de quem nada ou muito tem a dizer, como também contribui para que nesses mesmos gestos se inscrevam o retorno da memória que se encerra no ato da lembrança. Sobre isso, a pesquisadora afirmou que

[...] Uma mulher inscreve as circunstâncias de sua vida nos vestidos que ela usa, seus amores na cor de uma echarpe ou na forma de um chapéu. Uma luva, um lenço são para ela relíquias das quais só ela sabe o preço. A monotonia dos anos se diferencia pela toalete que fixa também a representação dos acontecimentos que fazem bater o coração: “Naquele dia eu usava...” ela diria. A memória das mulheres é trajada. A vestimenta é sua segunda

pele, a única da qual se ousa falar, ou ao menos sonhar. A importância das aparências faz com que as mulheres sejam mais atentas ao seu léxico¹⁸.

A partir de um diálogo com o que foi exposto e com o que se vivenciou no momento da abordagem com aquela senhora, nota-se exatamente a existência da necessidade de manter essa “aparência”. Aparência que, como já abordado, se traduz em representações invioláveis e que atuam, estimulam e exigem das mulheres posturas “minúsculas”, ainda mais quando possuem em sua essência qualidades corruptíveis. Logo, nem aquela mulher, nem a sociedade, através dos paradigmas sobre elas impostos, aceitariam práticas que as retirassem de seus confinamentos simbólicos.

Além dela, apenas mais uma mulher trouxe à tona a existência de um amante. Ainda assim, embora porcentagem minoritária, isto é, 2 entre 30 mulheres, o que se evidencia é a natureza intrincada existente na questão da violência de gênero, pois, conquanto não se possa afirmar, de fato, sobre tal ocorrência nas demais mulheres, entre outras tantas alegações, cabendo ao pesquisador apenas a confiança “insegura” sobre as informações conseguidas, sabe-se, entretanto, que todas elas estavam ali para registrar uma ocorrência da qual elas eram e são tomadas por vítimas, conforme definição explicada no início deste trabalho.

Contudo, apesar dessas circunstâncias, fica o questionamento acerca do que seria a existência de um amante e a manutenção desse, de modo que coexista com um companheiro agressor, contra quem elas registraram a prática de uma infração e, no caso dessa mulher em questão, de quem ela não se separou, e que encontrou nos filhos a justificativa para a manutenção de sua relação de mais de 15 anos e de mais de 01 ano sendo alvo de lesões corporais. Quanto à outra (primeira), essa também declarou ter voltado ao seio da família constituída por menos de 3 anos, porém, segundo ela, teria sido as constantes ameaças de seu companheiro, que a espanca há mais de 01 ano, o motivo de seu regresso.

Decisões como essa são compreendidas por Foucault como formas de resistências que se justificam pela simples existência de poder. Dessa forma, para o autor, onde há poder há também resistências, “[...] Mas isso não quer dizer que sejam apenas subproduto das mesmas, sua marca em negativo, formando, por oposição à dominação essencial, um reverso inteiramente passivo, fadado à infinita derrota.”¹⁹ Por esse motivo, entende-se “resistências” como um dos elementos que compõem as relações de poder, logo, jamais percebido como subproduto desse.

De modo mais complexo, a pesquisadora Tânia Rocha Andrade Cunha afirmou que na esfera da violência de gênero, assentada nas relações afetivo-emocionais, a questão das resistências traduz a multiplicidade de práticas inseridas nesses contextos. Referência que, obviamente, implica compreender essa violência como circunstâncias sobre a qual não é admissível a naturalização das práticas de seus sujeitos, cabendo às mulheres a docilidade e, aos homens, a agressividade. Negando-se, por conseguinte, a tendência maniqueísta de abordagem sobre a questão da violência doméstica, que, traduzida de modo simplista, a partir de vieses culturais e representacionais, acabam sendo mutiladas até que se resumam apenas por um prisma relacional, cujos papéis admitidos são apenas dois: o forte/mau e a fraca/boa. Situação cujo resultado é a escassez de contribuições mais e melhor dinamizada e, portanto, menos dualista.

Mas, retomando a questão do amante, pensado, a partir de Foucault, como o outro termo das relações de poder, e compreendido por Tânia Rocha Andrade Cunha

18 PERROT, Michelle. Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988; _____. Práticas da memória feminina. In: BRESCIANI, Maria Stella Martins (Org.) *Revista Brasileira de História. A mulher no espaço público*. Vol. 9, nº 18, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, ago/set de 1989. p.14.
19 FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1. A vontade de saber*. São Paulo: Paz e Terra, 2014, p.104.

como o início da busca de novos referenciais, caracterizados como resistências, essa afirmou que “[...] Para as mulheres, esse é um processo cheio de indecisões, uma vez que a negação do comportamento tradicional não significa a substituição imediata de seus referenciais.” Com esse raciocínio, fica mais claro compreender o porquê da manutenção conjunta de um companheiro agressor e de um amante. Alternativa que ganha mais força quando somada a decisão do registro policial, esse ente²⁰ndido, também, como mais uma das modalidades de se opor à crueldade a qual elas são expostas.

De modo complementar, a pesquisadora Claudia Fonseca compreendeu que a ocorrência da infidelidade conjugal se dá quando e onde se instala um estado de desordem, isto é, nas relações onde as normas de conduta estão suspensas, logo, a opção pela infidelidade revela a necessidade de combater a desordem e que, portanto, justifica a transgressão das funções usuais das mulheres, de modo que torne possível a estabilidade do casal e reiteração dos valores conservadores do núcleo social ao qual estão inseridas. Há de se observar, ainda, que, para a autora, a subversão das regras por parte dessas mulheres está vinculada a busca pela liberdade e pela procura de prazeres que, normalmente, lhes são inacessíveis²¹.

Assim, percebe-se que, além da complexidade macro que sobrepõe e atravessa à esfera da violência de gênero a partir de toda uma dinâmica sociocultural que determina o masculino e o feminino, há também conjunturas de menor expressividade e que devem ser valorizadas no percurso da análise desse problema, pois “a maioria das mulheres que sofre violência não é passiva; elas usam estratégias ativas para maximizar sua segurança e a segurança de seus filhos. O que difere é a forma de resistência [...]”.²²

Paralelamente a esse conjunto de atos e decisões, é óbvio que, se a proposta desse trabalho é compreender as mais variadas formas e resultados decorrentes da violência de gênero e que, da mesma forma que se repudiam defesas sustentadas a partir de uma linha única de análise, práticas e posturas, não se faz admissível, conseqüentemente, abandonar conjunturas alarmantes que assolam as mulheres aterrorizadas pela ocorrência dessa conduta e assumir, em cima disso, apenas a condição de não passividade por parte delas. Logo, embora a existência de inúmeros exercícios de oposição, há também um outro lado que acaba, muitas vezes, por coexistir com essa esfera da resistência, e que traz à tona o lado perverso da violência de gênero. Acerca disso, a imagem a seguir revela as práticas e ocorrências advindas da violência a qual foram as 30 mulheres subjogadas

Antes de ser dado início às possíveis análises sobre as respostas obtidas e projetadas através do gráfico, vale observar que esses resultados são a somatória de todas as opções oferecidas por cada uma das 30 mulheres, sendo possível, portanto, que cada uma assinalasse mais de uma alternativa. Além disso, cabe a advertência de que dessas 30 mulheres, 05 declararam não sofrer nenhum desses efeitos ou ter adotado qualquer tipo de prática no período ou após ter sido objeto da violência de gênero, pelo menos até aquele momento. Deste modo, tais respostas são resultados da coleta de dados alcançada com as outras 25 mulheres.

20 CUNHA, *op. cit.*, 2007. p.141.

21 FONSECA, Claudia. *Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

22 CUNHA, *op. cit.*, 2007. p.141.

IMAGEM 4 – Práticas e ocorrências resultantes da violência de gênero



A partir do gráfico exposto, verifica-se que baixa autoestima e medo são dois grandes aliados da violência. Mas, o que chamou mais a atenção desta pesquisadora foi, novamente, o papel atribuído aos filhos dessas relações em choque. Se, nas discussões oferecidas anteriormente, a prole foi posicionada como elemento importante a ser preservado e mantido próximo ao seio materno e que, para tanto, não foram raras as mulheres que assumiram ressignificações sobre sua imagem, neste momento, abrem-se novas possibilidades e um novo olhar para com as percepções vinculadas aos filhos das mulheres vítimas de violência de gênero.

Como é possível observar através do gráfico, totalizaram-se 05 registros de tentativa de suicídio e 06 de lesão corporal. Contudo, o fator mais intrigante nesses resultados é que das 05 mulheres que tentaram suicídio, duas delas mais de uma vez, uma delas estava grávida de seu companheiro agressor. Quanto às lesões corporais, 5 delas responderam que tais ferimentos encontraram em seus próprios corpos o objeto de inúmeras marcas, mas, uma delas, respondeu serem as proles os depositários das suas agressões, sendo ela mãe de mais de 04 filhos.

A partir das contribuições oferecidas pela pesquisadora Saffioti, é possível o reconhecimento de que a constituição do ordenamento social ocorre em razão de todo um processo de simbolismos e hierarquização de sujeitos, sendo que, para tanto, utilizam-se eles de diversas regras que viabilizem a determinação e posicionamento das mulheres e dos homens em sociedade, premissa que cedeu aos homens o patamar mais alto dessas escalas. De modo mais particular, a autora faz a afirmação de que, dentro desses processos simbólicos e territoriais, a família funciona como instituição onde se reproduz a lógica de dominação exercida na sociedade²³.

Nesse sentido e, balizada pela existência de quatro categorias, isto é, gênero, raça/etnia, classe social e idade, que definem a posição dos sujeitos, tanto a sociedade como a família, percebida como microuniverso de relações e implicações mais amplas, se constroem e sobrevivem a partir e em razão de um eterno diálogo com essas quatro escalas de poder, as quais devem ser obedecidas para que tornem possível a manutenção desse sistema de hierarquias. Desse modo, acolhe-se a noção de que a violência perpetrada contra os filhos de mulheres alvo da violência de gênero, sendo elas mesmas as autoras de tais aflições, pode ser interpretada a partir dessa análise sistêmica de hierarquias.

À vista disso, assim como propõe a referida pesquisadora, entende-se que a violência praticada pela mulher contra os filhos, revela-se muito mais do que a mera reprodução de um ciclo de violência, pois, por de trás disso, sobrevive toda uma

23 SAFFIOTI, Heleieth Lara Bongiovani. "A Violência doméstica ou a lógica do galinheiro" In: KUSPSTAS, Marcia (Org). *Violência em debate*. São Paulo, Editora Moderna, 1997, p.39-57.

conjuntura de categorias e lugares fixos a serem ocupados pelos sujeitos e que, portanto, acaba por conferir às mulheres adultas a função substitutiva do homem adulto quando da ausência desses no território onde se encontra a família. E, conseqüentemente, em se tratando de mulheres submersas à rotina da violência de gênero, essas acabam por levar aos filhos a agressividade da qual foram vítimas como diálogo encontrado para com as relações que as cercam, como concluiu a pesquisadora Kelly Rodrigues Melatti:

O poder na dimensão familiar, regido na esfera privada, é expressão do poder identificado na totalidade da sociedade. A mulher, na síndrome do pequeno poder, exerce sobre os filhos um poder que não pode exercer fora de casa, no espaço público, pois este é de domínio do homem. No mundo privado, onde transitam as mulheres, sobretudo quando estão na condição de mães, é o espaço em que se estabelecem as relações de poder, o espaço em que a mulher detém o poder sobre os filhos e o exerce com base nos esquemas patriarcais de pensamento, reproduzindo não só o ato da violência, mas a lógica de dominação e a lógica sexual de divisão de tarefas, de espaço e de poderes²⁴.

Essa afirmação dá voz a mais uma das instâncias que condiciona e se articula com o exercício da violência praticada por mulheres objeto da violência de gênero contra as filhas e filhos, isto é, a “síndrome do pequeno poder”²⁵, caracterizada pela ação tirânica oferecida pelos indivíduos posicionados em uma estrutura da qual também são vítima sobre aqueles que estão em situação de menor poder sempre que possível. Dentro desse cenário, a mulher violada só poderia agir sobre seus descendentes, tendo em vista estarem esses escalonados em uma posição inferior a mãe e, de modo significativo, ao pai.

A dualidade de papéis vividos por essas mulheres, que coexistem em figurar ora como sujeito passivo, ora como sujeito ativo, revela, mais uma vez, a capacidade multifacetária atribuída à violência de gênero. Mas, a fim de oferecer uma melhor percepção à questão da capacidade materna de se tornar indiferente às mazelas trazidas às suas proles em razão da adoção da violência contra esses, encontrou-se nas discussões de Elizabeth Badinter explicações que dão conta de tais respostas.

Assim, segundo a autora, em um exame sobre as posturas das mulheres francesas que viveram entre os séculos XVII e XX, surge à conclusão de que o amor materno, assim como qualquer outro sentimento, é resultado de influências e conjunturas sociais, portanto, jamais algo próprio ou naturalizado nas mulheres²⁶. Tornando-as, conseqüentemente, objeto de uma análise que as coloquem em uma posição distante de percepções que sobre elas sejam atribuídas à qualidade de um amor incondicional e instintivo.

Situação que, obviamente, acaba por desconstruir a relação de perplexidade estabelecida quando de práticas violentas perpetradas pelas próprias mães contra seus filhos e filhas. Assim sendo, a adoção de posturas que tragam maior ou menor prejuízo às filhas e filhos está atrelada à condição externa a qual as mulheres se veem submetida e não à sua própria natureza, entendida, dentro desse contexto a ser desconstruído pela autora, como atributo que inviabilizaria toda e qualquer postura que trouxesse prejuízos às proles.

Posto isso, é justamente sob esse ponto de análise que a prática da violência

24MELATTI, Kelly Rodrigues. *Areprodução da violência doméstica e suas interfaces com a lógica da dominação*. 2011. 77f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011, p.69-70.

25 SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. “A síndrome do pequeno poder” In: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo (Orgs). *Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*. São Paulo: Iglu Editora, 1989. p.13-21.

26 BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fonteira, 1985.

exercida pelas mães contra seus pupilos, torna-se, no mínimo, melhor e mais explicável, pois de tais práticas retira-se a propriedade do inadmissível e, portanto, minimiza o peso da barbárie, embora não o justifique. Dessa forma, há de se observar que, conforme exposição realizada por Badinter, se a relação estabelecida com a prole é resultado de circunstâncias e ingerências externas, parece óbvio que, dentro de uma realidade sobrepujada pela violência, não seria impróprio admitir que tal prática seja transferida para a relação que se estabelece entre a mãe e a prole. Consideração que, obviamente, consegue ser somada às explicações oferecidas por Saffioti sobre a questão das interferências sociais sobre à instituição da família.

Atos como esses demonstram, com pertinência, que, embora sejam as mulheres e suas posturas cristalizadas em referências arquetípicas de passividade, submissão e retração social, há de se considerar a pluralidade situacional que paira a real existência das relações humanas. Portanto, emerge a conclusão, primeiramente, de que atribuir às mulheres a condição de resignação dentro das nuances que se fundem e interagem com os conflitos de gênero é um equívoco que delas retira a propriedade e sua parcela de força dentro das relações de poder, para as quais as teorias Foucaultianas fizeram-se importantes e que neste momento são reincorporadas, a partir de outra publicação, a fim de ratificar as afirmações e deduções realizadas, assim:

[...] é preciso entender que em qualquer relação, não há apenas o dominador, aquele que tem o poder concentrado em suas mãos, mas na existência de “redes de circulação de poder”, nessas redes o poder não está concentrado nas mãos de apenas uma pessoa e a outra o recebe inerte, sem ação, antes, o poder funciona em redes e nessas redes o indivíduo é sempre transmissor de poder. O poder funciona e se exerce em redes. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer esse poder e de sofrer sua ação, nunca são alvos inertes e consentidos do poder, são sempre centros de transmissão²⁷.

Nesse sentido, a posição assumida é que são incontáveis os perfis de mulheres admitidos no âmbito da violência de gênero, resultando, assim, em uma complicada tarefa para entendê-las e ditá-las como oprimidas, mas sim inseri-las em um núcleo de práticas de resistências sobre sua própria condição e campo de violência, para as quais as ações de reprodução e/ou repetições apenas se misturam em um confuso panorama difícil de ser singularizado, até mesmo porque “temos percebido que essas mulheres se utilizam de artimanhas, ameaças e ações que mais parecem invisíveis, mas que se fazem presentes.”²⁸

Entre elas, há aquelas que tentam, a qualquer preço, salvar seus relacionamentos nem que, para isso, se submetam a uma maior temporalidade de atos de barbárie. Há, também, aquelas que atribuem ressignificações ao papel do Estado e que, muitas vezes, fazem uso de sua condição estereotipada em sociedade como meio para burlar a atuação das instâncias de poder o exercício de suas funções. Além delas, existem mulheres que admitem novos relacionamentos como início de um processo de resistência e sensações até então inacessíveis. Por fim, há aquelas que ferem suas filhas e filhos em um círculo vicioso de violência e atrocidades, optando, em alguns casos, por dar fim a própria vida e a da geração que dela viria existir.

Enfim, a tentativa priorizada foi a de dar voz às minúsculas formas de dissolução dos vínculos sociais ditadores de regras comportamentais acerca do que se espera das mulheres, ainda que em situações de violência. Logo, embora a grande ameaça que paira sobre o feminino, há de se admitir a recusa das mulheres em se debruçarem impotentemente às disposições e códigos representacionais que as inscrevem como sujeitos de menor importância. Assim,

27 FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1979, p.183.

28 SOUZA, Maria Clarice Rodrigues de. *Violência contra as mulheres: uma questão de gênero - Montes Claros 1985-1994*. 258f. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009, p.165.

ao reconhecê-las como sujeitos capazes e que trabalham em prol da tentativa de reverter ou deslocar assimetrias, atribuímo-las, também, a disposição Foucaultiana de serem elas o outro termo nas relações de poder, entendidas, então, como interlocutoras irreduzíveis²⁹.

²⁹ FOUCAULT, *op. cit.*, 2014, p.104.